



**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL  
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010



## Índice

<b>Relatório dos auditores independentes</b>	03 - 04
<b>Demonstrações contábeis auditadas</b>	
Balanços patrimoniais	05
Demonstrações de superávits	06
Demonstrações das mutações do patrimônio social	07
Demonstrações dos fluxos de caixa	08
Notas explicativas às demonstrações contábeis	09 - 21



## RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES

À  
Secretaria Executiva do  
Instituto Socioambiental  
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações contábeis do Instituto Socioambiental (Entidade), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011 e as respectivas demonstrações de superávits, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

### **Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações contábeis**

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

### **Responsabilidade dos auditores independentes**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva.



### **Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis**

Conforme mencionado na nota explicativa 9, a Entidade iniciou no exercício de 2011 o levantamento físico dos bens integrantes do seu ativo imobilizado e após avaliação dos itens parcialmente inventariados, procedeu ao ajuste contábil daqueles que apresentavam inconsistências entre os controles do sistema patrimonial e os registros da contabilidade. A Administração espera concluir a contagem física dos itens faltantes no decorrer do exercício de 2012, e que após as conciliações, serão conhecidos os eventuais ajustes a serem realizados. Em virtude do levantamento físico não ter sido finalizado no exercício de 2011, não foi praticável apurar se a depreciação e amortização estavam adequadas.

### **Opinião**

Em nossa opinião, exceto pelos possíveis efeitos do assunto descrito no parágrafo Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis acima referidas, as demonstrações contábeis, apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Instituto Socioambiental, em 31 de dezembro de 2011, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

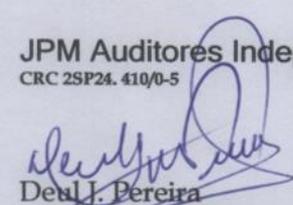
### **Outros assuntos**

Os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2010, apresentados para fins de comparação, foram anteriormente por nós auditados com a emissão do relatório em 20 de abril de 2011, contendo ressalva quanto a necessidade de ser realizado um levantamento físico dos bens do ativo imobilizado e posterior conciliação com os saldos contábeis. No mesmo relatório foi mencionado quanto a impraticabilidade da apuração adequada dos valores de depreciação acumulada.

São Paulo, 03 de maio de 2012.

**JPM Auditores Independentes**

CRC 2SP24.410/0-5

  
Deu J. Pereira

CONTADOR CRC - 1SP 102.800/0-0



**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL**  
**Demonstração de superávits**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em Reais - R\$)**



	<u>2011</u>	<u>2010</u>
<b>RECEITAS</b>		
Nacionais	7.634.612	3.098.251
Estrangeiras	11.781.811	14.215.786
Vendas de produtos e serviços	868.546	477.828
Financeiras	664.571	613.480
Outras	565.686	663.083
	<u>21.515.226</u>	<u>19.068.429</u>
 <b>DESPESAS</b>		
Coordenação geral	546.893	718.658
Serviços e atividades permanentes	2.787.841	2.651.395
Programas regionais e nacionais	15.975.240	14.346.548
Temas	321.784	248.062
Projetos especiais	896.351	209.544
Outras	787.160	867.155
	<u>21.315.269</u>	<u>19.041.363</u>
 <b>Superávit do exercício</b>	 <u>199.958</u>	 <u>27.066</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL**  
**Demonstração das mutações do patrimônio social**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em Reais - R\$)**

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Superávit acumulado</u>	<u>Fundo institucional</u>	<u>Fundo estatutário</u>	<u>Superávit do exercício</u>	<u>Total</u>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2010</b>		2.203.233	-	2.042.688	(278.847)	3.967.074
Ajustes de exercícios anteriores		1.152				1.152
Incorporação ao patrimônio social		(278.847)			278.847	0
Constituição do fundo institucional	11		18.817			18.817
Constituição do fundo estatutário	3			124.069		124.069
Rendimentos de aplicações financeiras	3			153.370		153.370
Superávit do exercício					27.066	27.066
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2010</b>		<b>1.925.538</b>	<b>18.817</b>	<b>2.320.127</b>	<b>27.066</b>	<b>4.291.548</b>
Incorporação ao patrimônio social		27.066			(27.066)	0
Constituição do fundo institucional			3.676			3.676
Constituição do fundo estatutário				52.450		52.450
Rendimentos de aplicações financeiras				208.015		208.015
Superávit do exercício					199.958	199.958
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2011</b>		<b>1.952.603</b>	<b>22.493</b>	<b>2.580.593</b>	<b>199.958</b>	<b>4.755.647</b>



As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL**  
**Demonstração dos fluxos de caixa**  
**Exercícios findos em 31 de dezembro**  
**(Em Reais - R\$)**



	Nota explicativa	2011	2010
<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>			
Superávit do exercício		199.958	27.066
Ajustes para reconciliar o resultado líquido ao caixa líquido gerado pelas atividades operacionais			
Depreciação e amortização		371.536	462.761
Ajustes de exercício anterior		-	1.152
Acréscimo ao Fundo institucional	15	3.676	18.817
Acréscimo ao Fundo estatutário	5	260.466	277.439
Baixa de ativo imobilizado		110.565	59.355
		<u>946.200</u>	<u>846.590</u>
<b>(Aumento) redução dos ativos</b>			
Circulante:			
Contas a receber		647.444	(1.456.100)
Adiantamentos diversos e estoques		70.897	(104.042)
Despesas do exercício seguinte		(31.373)	(3.069)
		<u>686.968</u>	<u>(1.563.211)</u>
<b>Aumento (redução) dos passivos</b>			
Circulante:			
Fornecedores		8.081	154.635
Férias e encargos sociais		93.018	(10.163)
Outras obrigações		38.371	12.610
Obrigações fiscais e sociais	10	28.674	9.020
Recursos vinculados a projetos	13	1.876.252	(1.172.071)
		<u>2.044.396</u>	<u>(1.005.968)</u>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>		<b>3.677.564</b>	<b>(1.722.589)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>			
Acréscimos de imobilizado e intangível		(613.956)	(300.772)
<b>Caixa líquido utilizado nas atividades de investimentos</b>		<b>(613.956)</b>	<b>(300.772)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES</b>		<b>3.063.608</b>	<b>(2.023.360)</b>
Saldo inicial das disponibilidades		7.336.219	9.359.579
Saldo final das disponibilidades		<u>10.399.826</u>	<u>7.336.219</u>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) NAS DISPONIBILIDADES</b>		<b>3.063.608</b>	<b>(2.023.361)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



## INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL

### Notas explicativas às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2011 e 2010 (Valores expressos em reais - R\$)

#### 1. Contexto operacional

O Instituto Socioambiental foi fundado em 22 de abril de 1994 com Ata de Fundação registrada no 3º Cartório de Registro de Títulos e Documentos sob nº. 346311, sendo uma sociedade civil de direito privado sem fins lucrativos, com sede em São Paulo - SP e sub-sedes em Brasília - DF, São Gabriel da Cachoeira e Manaus - AM, Boa Vista - RR, Eldorado - SP, Canarana - MT e Altamira - PA. A Entidade tem como objetivo promover a defesa de bens e direitos sociais coletivos e difusos relativos ao meio ambiente; ao patrimônio cultural, aos direitos humanos e dos povos, estimular o desenvolvimento socioeconômico através da garantia do acesso e gestão democráticos e ecologicamente sustentável dos recursos naturais, com a manutenção da diversidade cultural e biológica, para as presentes e futuras gerações; promover, realizar e divulgar pesquisas e estudos, organizar documentação e desenvolver projetos aplicados à defesa do meio ambiente, do patrimônio cultural e dos direitos humanos e dos povos indígenas e populações tradicionais; promover o intercâmbio com outras organizações e entidades nacionais e internacionais para a defesa do patrimônio ambiental, cultural e dos povos, em especial na América Latina e Caribe e para a realização de estudos e pesquisas em diversas áreas do saber, relativa às suas atividades; divulgar por quaisquer meios às informações e conhecimentos produzidos por si ou por terceiros e correlatos as suas atividades; estimular o aperfeiçoamento e o cumprimento de legislação que instrumentalize a consecução dos presentes objetivos; estimular e realizar estudos de caráter preventivo e participativo para combater a degradação ambiental e social em todas as suas manifestações, inclusive estudos de impacto ambiental decorrentes das atividades antrópicas.

#### 2 Base de preparação

##### 2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações contábeis foi autorizada pela Administração em 02 de maio de 2012.

##### 2.2 Base de mensuração

As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.



## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são também apresentadas em Real e foram arredondadas com a eliminação de centavos.

### 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações contábeis de acordo com as normas CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de uma maneira contínua. As revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem, entre outros, a gestão de risco financeiro (nota 6), o valor residual do ativo imobilizado (nota 8) e a provisão para contingências (nota 11).

## 3. Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente pela Entidade.

### a) Moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas para moeda funcional da Entidade utilizando taxas de câmbio nas datas das transações. O ganho ou perda de câmbio de itens monetários é a diferença entre o custo da moeda funcional no início do período, ajustado por pagamentos realizados durante o período e o custo em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação das demonstrações contábeis.

### b) Instrumentos financeiros

#### *Ativos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente nas datas de origem. A Entidade possui como ativos financeiros não derivativos aqueles registrados pelo valor justo por meio do resultado e empréstimos e recebíveis.



## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### *Registrados pelo valor justo por meio do resultado*

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de negociação baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e a estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

### *Empréstimos e recebíveis*

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos que não são cotados no mercado ativo, sendo tais ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, se aplicável, os ativos são reduzidos por eventual perda do valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e outros créditos.

### *Caixa e equivalentes de caixa*

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e bancos sem restrição para movimentação e aplicações financeiras que possuem elevado nível de liquidez os quais estão sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão de compromissos de curto prazo.

### *Aplicações financeiras*

As aplicações financeiras correspondem a recursos aplicados em instituições financeiras de primeira linha, às quais estão registradas pelo valor justo por meio do resultado.

### *Estoques*

Os estoques correspondentes a obras publicadas com recursos de projetos financiados por terceiros são avaliadas pelo valor unitário de R\$ 1,00. Os estoques adquiridos com recursos próprios são valorizados pelo custo de aquisição que não supera o valor de mercado.

### *Passivos financeiros não derivativos*

A Entidade reconhece os passivos financeiros não derivativos inicialmente na data em que são originados. Um passivo é baixado quando suas obrigações foram satisfeitas através da retirada, cancelamento ou pagamento. Como passivos financeiros não derivativos a Entidade possui os fornecedores e outras contas a pagar.



## Notas explicativas às demonstrações contábeis

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis e incorporado dos encargos em virtude de eventual atraso no pagamento.

### *c) Ativo imobilizado*

#### *Reconhecimento e mensuração*

Os bens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perda de redução ao valor recuperável acumulada, quando necessária. Os ativos recebidos em doação são mensurados a valor justo. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo.

Os ganhos e perdas na alienação de um item do ativo imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos oriundos da alienação com o valor contábil e são reconhecidos como outras receitas no resultado.

#### *Custos subsequentes*

Os dispêndios havidos com a reposição de um item componente do imobilizado são considerados no valor contábil desse item, desde que haja expectativa de que trará benefícios econômicos para a Entidade e permite que estes sejam aferidos de maneira confiável. Os gastos normais de manutenção do imobilizado são reconhecidos no resultado assim que incorridos.

#### *Depreciação e amortização*

A depreciação e amortização acumuladas são calculadas sobre o valor depreciável e amortizável. A depreciação e a amortização são reconhecidas no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada item do imobilizado.

As taxas anuais equivalentes à vida útil média estimada dos ativos para o exercício corrente e período comparativo são as seguintes:

Prédios	4 %
Veículos, equipamentos de informática, embarcações, sistemas e programas	20 %
Máquinas e equipamentos, instalações, equipamentos de comunicação e móveis e utensílios	10 %

Os critérios de depreciação, a estimativa de vida útil e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro, sendo os eventuais ajustes reconhecidos como mudança de estimativa contábil.

## Notas explicativas às demonstrações contábeis



### *d) Redução ao valor recuperável*

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada período de encerramento do exercício para apurar se há indicações objetivas de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

No caso de haver indicativo de perda de valor, os ativos não financeiros têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, numa frequência anual. No exercício de 2011, a Administração não identificou qualquer indicativo que justificasse a constituição de uma provisão para perda sobre seus ativos.

### *e) Provisões e passivos circulantes e não circulantes*

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Entidade possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado e é provável que um recurso econômico seja requerido para liquidar a obrigação. Quando aplicável, as provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os passivos circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do encerramento do exercício.

### *f) Reconhecimento de receitas e apuração do resultado*

O resultado do exercício é apurado de acordo com o regime de competência.

### *g) Receitas financeiras*

As receitas financeiras abrangem, basicamente, os rendimentos de juros sobre aplicações financeiras. Os rendimentos são reconhecidos no resultado, através do método dos juros efetivos.

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor.

### *h) Doações e contribuições*

As doações e contribuições financeiras recebidas sem destinação específica são reconhecidas como receitas de doações e mensuradas a valor justo. As doações recebidas de ativo imobilizado são contabilizadas no patrimônio social.



## Notas explicativas às demonstrações contábeis



### 4. Gestão de risco financeiro

#### *Fatores de risco de risco financeiro*

As atividades da Entidade a expõem a diversos riscos decorrentes do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado

A presente nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos acima.

#### *Risco de crédito*

Risco de crédito é o risco de um prejuízo financeiro da Entidade caso uma contraparte ou de instituições financeiras depositárias de recursos de investimentos financeiros não cumprir com as suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis e de aplicações financeiras.

Para redução desses riscos, a Entidade adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes. Quanto às instituições financeiras, a Entidade somente realiza operações com aquelas de baixo risco.

#### *Exposição a riscos de crédito*

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações contábeis foi:

	2011	2010
Caixa e equivalentes de caixa	10.399.826	7.336.219
Contas a receber de projetos	1.235.950	1.922.311
Outras contas a receber	237.328	198.410
Adiantamentos diversos	244.118	313.676
Outros créditos	32.596	33.935
	<b>12.149.818</b>	<b>9.804.552</b>

#### *Risco de liquidez*

Risco de liquidez é o risco de a Entidade estar em dificuldades para honrar as suas obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista. O foco na



## Notas explicativas às demonstrações contábeis

administração da liquidez é a de garantir que sempre ela seja suficiente para cumprir com suas obrigações, sob condições normais, sem causar perdas ou risco de prejudicar a reputação da Entidade.

A Entidade apresentava em 31 de dezembro de 2011 um ativo circulante de R\$ 12.193.192 para um passivo circulante de R\$ 9.553.243, o que representa uma liquidez de R\$ 2.639.949 (liquidez de R\$ 2.307.704 em 2010).

Os vencimentos contratuais de passivos financeiros não ultrapassam o período de 180 (cento e oitenta) dias, o mesmo ocorrendo para os ativos circulantes.

### *Risco de mercado*

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio para os recursos recebidos de financiadores do exterior, recebíveis de clientes e taxas de juros para os ganhos obtidos no valor de suas participações em instrumentos financeiros ou na possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos insumos utilizados na execução dos projetos. Essas oscilações de preços e taxas podem provocar alterações no valor dos recursos recebidos e nas receitas financeiras da Entidade.

O gerenciamento de risco de mercado tem como objetivo administrar e controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis. Este risco é reduzido principalmente para os custos com pessoal uma vez que este é o componente mais relevante do custo dos projetos e tais gastos são fixados em moeda nacional e de acordo com o dissídio da categoria profissional.

Com relação às taxas de juros, a Entidade realiza seus investimentos em aplicações que apresentam imediata liquidez e remuneração líquida superior a inflação.

### **5. Fundo estatutário**

De acordo com o disposto nos artigos 55 e 56, letras a, b e c do Estatuto social, serão destinados recursos para a constituição de um Fundo financeiro a ser utilizado em situações excepcionais mediante aprovação expressa da Assembleia Geral. O Fundo financeiro será formado pela aplicação de 10% sobre as receitas obtidas sem vinculação determinada, de 0,5 % sobre as receitas com vinculação determinada, desde que este percentual e a sua destinação estejam previstos no projeto de captação correspondente, de 100 % das receitas obtidas especialmente para esse fim e de 100 % das receitas resultantes do próprio Fundo. O parágrafo único do art. 56 estabelece que o valor acumulado do fundo financeiro não deverá exceder a 25% da despesa anual do Instituto prevista no orçamento.

Os recursos do Fundo estatutário estão aplicados em Certificado de Depósito Bancário - DI no Banco do Brasil. Os rendimentos líquidos do exercício de 2011, contabilizados como acréscimo ao Fundo corresponderam ao valor de R\$ 208.015.



## Notas explicativas às demonstrações contábeis

Em 31 de dezembro de 2011, o valor do Fundo estatutário era de R\$ 2.580.593, enquanto o saldo bancário era de R\$ 2.282.994, com uma diferença de R\$ 297.599, que corresponde ao valor a ser repassado ao Fundo.

### 6. Caixa e equivalentes de caixa

	2011	2010
Caixa e bancos	1.342.481	599.631
Aplicações financeiras	9.057.345	6.736.588
<b>Total</b>	<b>10.399.826</b>	<b>7.336.219</b>

### 7. Contas a receber de projetos

A Entidade contabiliza no ativo circulante os gastos despendidos com projetos cujos recursos ainda não foram recebidos dos respectivos Convênios ou Financiadores. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo líquido montava R\$ 1.235.950 (R\$ 1.922.311 em 2010).

### 8. Imobilizado e intangível

As movimentações do custo, da depreciação e amortização do imobilizado e do intangível em 31 de dezembro de 2011 e 2010, estão demonstrados nos quadros abaixo:

#### Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2010

Descrição	01.01.2010	Adições	Baixas	31.12.2010
Terrenos	13.000	-	-	13.000
Prédios	1.234.477	-	-	1.234.477
Máquinas e equipamentos	451.900	50.307	4.351	497.856
Veículos	592.796	92.892	52.839	632.849
Móveis e utensílios	73.809	-	-	73.809
Instalações	3.980	-	-	3.980
Equipamentos de informática	1.374.811	141.862	80.292	1.436.381
Embarcações	561.583	12.800	-	574.383
Equipamentos de comunicação	57.313	2.910	-	60.223
<b>Total</b>	<b>4.363.669</b>	<b>300.772</b>	<b>137.483</b>	<b>4.526.958</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis



*Movimentação da depreciação de 01.01 a 31.12.2010*

Descrição	01.01.2010	Adições	Baixas	31.12.2010
Prédios	190.129	49.379	-	239.508
Máquinas e equipamentos	198.364	44.137	4.134	238.368
Veículos	399.958	90.584	4.099	486.442
Móveis e utensílios	40.421	5.177	-	45.598
Instalações	3.980	-	-	3.980
Equipamentos de informática	948.842	171.964	69.894	1.050.911
Embarcações	372.187	94.200	-	466.387
Equipamentos de comunicação	20.169	5.814	-	25.982
<b>Total</b>	<b>2.174.049</b>	<b>461.255</b>	<b>78.127</b>	<b>2.557.176</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>2.189.621</b>	<b>160.483</b>	<b>59.355</b>	<b>1.969.782</b>

**Intangível**

*Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2010*

Descrição	01.01.2010	Adições	Baixas	31.12.2010
Sistemas e programas	232.521	-	-	232.521
Marcas e patentes	44.830	-	-	44.830
<b>Total</b>	<b>277.351</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>277.351</b>

*Movimentação da amortização de 01.01 a 31.12.2010*

Descrição	01.01.2010	Adições	Baixas	31.12.2010
Sistemas e programas	226.783	1.506	-	228.289
<b>Total</b>	<b>226.783</b>	<b>1.506</b>	<b>-</b>	<b>228.289</b>
<b>Valor Líquido</b>	<b>50.568</b>	<b>1.506</b>	<b>-</b>	<b>49.062</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis



**Imobilizado**

*Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2011*

Descrição	01.01.2011	Adições	Baixas	31.12.2011
Terrenos	13.000	-	-	13.000
Prédios	1.234.477	-	-	1.234.477
Máquinas e equipamentos	497.856	33.966	87.137	444.685
Veículos	632.849	166.068	95.335	703.582
Móveis e utensílios	73.809	1.875	17.686	57.998
Instalações	3.980	-	-	3.980
Equipamentos de informática	1.436.381	213.190	129.913	1.519.658
Embarcações	574.383	113.565	4.910	683.038
Equipamentos de comunicação	60.223	24.500	1.557	83.166
<b>Total</b>	<b>4.526.958</b>	<b>553.163</b>	<b>336.537</b>	<b>4.743.584</b>

*Movimentação da depreciação de 01.01 a 31.12.2011*

Descrição	01.01.2010	Adições	Baixas	31.12.2010
Prédios	239.508	49.379	-	288.887
Máquinas e equipamentos	238.368	39.451	21.917	255.903
Veículos	486.442	76.578	80.899	482.121
Móveis e utensílios	45.598	6.299	13.141	38.756
Instalações	3.980	-	-	3.980
Equipamentos de informática	1.050.911	143.922	106.721	1.088.111
Embarcações	466.387	41.956	3.590	504.754
Equipamentos de comunicação	25.982	6.691	466	32.207
<b>Total</b>	<b>2.557.176</b>	<b>364.275</b>	<b>226.733</b>	<b>2.694.719</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>1.969.781</b>	<b>188.888</b>	<b>109.804</b>	<b>2.048.865</b>

Notas explicativas às demonstrações contábeis



**Intangível**

*Movimentação do custo de 01.01 a 31.12.2011*

Descrição	01.01.2011	Adições	Baixas	31.12.2011
Sistemas e programas	232.521	60.793	7.695	285.619
Marcas e patentes	44.830	-	-	44.830
<b>Total</b>	<b>277.351</b>	<b>60.793</b>	<b>7.695</b>	<b>330.449</b>

*Movimentação da amortização de 01.01 a 31.12.2011*

Descrição	01.01.2011	Adições	Baixas	31.12.2011
Softwares	228.289	7.261	6.935	228.615
<b>Total</b>	<b>228.289</b>	<b>7.261</b>	<b>6.935</b>	<b>228.615</b>
<b>Valor líquido</b>	<b>49.062</b>	<b>53.532</b>	<b>760</b>	<b>101.834</b>

**9. Inventário físico do ativo imobilizado**

Com o objetivo de assegurar-se que os bens existentes fisicamente são coincidentes com os registros contábeis e do sistema de controle patrimonial, foi iniciado um levantamento físico geral, tomando-se por base a posição em 30 de setembro de 2011.

A apuração parcial deste inventário resultou na baixa líquida de bens no montante de R\$ 95.922 (correspondente a 113 itens), que foi contabilizada em despesas do exercício findo em 31 de dezembro de 2011. A conclusão dos trabalhos depende da identificação e localização física de bens constantes nos registros contábeis e controles patrimoniais de 279 itens no valor residual contábil de R\$ 210.014, cujo resultado somente será conhecido após o término deste levantamento.





## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 10. Obrigações fiscais e sociais

	2011	2010
INSS - salários	118.771	111.062
INSS - serviços prestados	22.057	4.534
FGTS	25.436	34.155
Imposto de renda retido na fonte - salários	52.747	45.703
Imposto de renda retido na fonte - serviços prestados	12.682	6.513
Outros	32.177	33.230
<b>Total</b>	<b>263.870</b>	<b>235.197</b>

### 11. Provisão para contingências

A Entidade é sujeita a ações judiciais e processos administrativos decorrentes do curso normal de suas atividades, envolvendo questões de natureza civil. Apoiada na opinião dos seus consultores jurídicos, a Administração acredita que a provisão constituída é suficiente para cobrir eventuais perdas.

### 12. Isenção tributária

Tendo em vista que a Entidade não distribui parcela de seu patrimônio ou de suas rendas, a título de lucro ou participação nos resultados, aplica integralmente os recursos para manutenção dos seus objetivos institucionais e mantém a escrituração regular de suas receitas e despesas, ela está imune ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - IRPJ e à Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL sobre os superávits apurados.

### 13. Recursos vinculados a projetos

A Entidade contabiliza no passivo circulante os recursos recebidos de financiadores e que ainda não foram aplicados nos respectivos Convênios ou Projetos. Em 31 de dezembro de 2011 o saldo era de R\$ 8.180.353 ( R\$ 6.304.100 em 2010 ).



## Notas explicativas às demonstrações contábeis

### 14. Patrimônio social

Representa o patrimônio inicial da Entidade, acrescido do superávit, da constituição e dos rendimentos do fundo estatutário e diminuído do déficit e da utilização do fundo estatutário, apurados anualmente desde a data da sua constituição.

### 15. Fundo institucional

Fundo constituído a partir do exercício de 2010 para fazer face ao pagamento da multa do FGTS no caso de desligamento de funcionários da Entidade. O cálculo foi inicialmente efetuado para os funcionários envolvidos em projetos específicos. A Entidade espera ampliar o valor desse Fundo de modo a minimizar no futuro os impactos financeiros que naturalmente ocorrem por ocasião do pagamento de verbas indenizatórias aos funcionários desligados. O valor será mantido em conta bancária específica de aplicação financeira e será utilizado exclusivamente no pagamento da multa do FGTS.

### 16. Cobertura de seguros

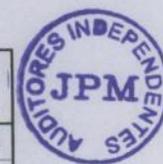
A Entidade possui seguro contra incêndio, vendaval, queda de raio, explosão, danos elétricos e responsabilidade civil, o qual é considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais riscos. Não faz parte do escopo de uma auditoria das demonstrações contábeis, o exame das premissas de riscos adotadas pela Entidade.



**INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL**  
**Análise de Receitas - valores em R\$**  
**Exercício 2010-2011**



Fonte	Receita apropriada 2010	Receita apropriada 2011
<b>RECEITAS NACIONAIS</b>	<b>3.098.251</b>	<b>7.634.612</b>
Fundo Vale - XG	857.040	1.884.061
Fundo Vale - Corredor Xingu	-	812.678
Arapyau - Formação Superior Indígena - RN	713.679	1.047.931
Min do Turismo - Divulgação do Circuito Quilombola	-	322.857
FAS - Encontro Pan-Amazonico (ISA)	-	269.371
Fundo Vale - PIX 50 anos	-	245.985
MinC - PIX 50 anos	-	238.593
PDA-XG_189-P	-	214.969
Fundo Holanda - XG	-	169.508
FUNBIO - Floresta e Água	-	156.864
FNMA Xingu - Recuperando as Nasc e Matas Ciliares	10.391	158.662
Fundo Holanda - PIB	-	127.732
FAS - saldo IMAZON	-	116.320
FNMA - Planejamento Territorial Estratégico - VR	-	116.032
Mariana Moreau	34.534	135.466
PDA-MA Chamada_09 - VR	-	89.116
SEPPIR - Sementes Tradicionais - VR	-	88.867
CFDD/MJ - Salvaguarda e Fomento ao Patrimônio Cult	-	81.900
FEHIDRO - Educação Ambiental	-	64.216
Arapyau - LIVRO EDUCAÇÃO ESCOLAR INDÍGENA NO	-	56.804
FBB 7209 - Apicultura	98.608	141.753
Instituto Ventura - XG	55.120	95.652
Grendene	100.000	140.000
BASA - FAS	-	15.000
AFRAS - Projeto Franquia de Baixo Carbono	-	14.965
FUNARTE - Mais Cultura - XG	-	12.605
CESE-DTAT - Assessoria Jurídica e P Públicas VR	3.595	15.405
Fundação Luterana de Diaconia - FLD - XG	-	10.693
Instituto Semeia Brasil	-	9.314
IMAFLOA	-	7.524
Arapyau - Camisetas Xamãs e livro A Queda do Céu	-	4.160
Núcleo OIKOS	60.000	60.000
Fehidro JC	1.058	-
ICV/BACP - HCVA in Mato Grosso	2.703	500
IPHAN - Identif de sítios e histórias - 713969/09	24.470	21.638
FEHIDRO - Plano Diretor	81.808	77.458
Auguri Produções e Eventos Ltda. Rock'n Rio Lisboa	4.495	-
MinC - Petrobras PVR	59.588	54.439
Icatu Hartford	6.928	-
MARBA - Reflorestamento de Matas Ciliares	9.005	-
Fundos Rio Negro	33.023	23.851
SEC - Ponto de Cultura - VR	55.655	45.193
WWF - Seminário Fundo Amazônia	13.000	-
HSBC 2007	23.445	10.291



Fonte	Receita apropriada 2010	Receita apropriada 2011
NATURA - Carbono das Nascentes do Xingu	470.404	455.819
Núcleo Oikos - Feira Troca Sementes Ribeira	15.000	-
MDA ATER Artesanato Ribeira	22.196	-
PDA Ribeira	32.944	-
MDA - Fomento ao Circuito Quilombola - VR	55.723	20.422
Fehidro - De Olho nos Mananciais II	60.518	-
Fundos Xingu	193.323	-
<b>RECEITAS ESTRANGEIRAS</b>	<b>14.215.786</b>	<b>11.781.811</b>
Gordon e Betty Moore Fundation - 429.03	-	1.198.080
TNC - 2009-2010	424.478	1.007.372
RFN - Diversidade Socioambiental na Amazônia	1.799.427	2.214.512
F. FORD - Promoção de direitos territoriais	-	318.472
AECID - Coop. Espanhola - Vale do Ribeira	4.025	318.615
ED-MOORE - Xingu 2011	-	292.758
NCA - Norwegian Church Aid - Soluções Energéticas	-	285.081
F. FORD - REDD	-	256.745
Fortalecimento de TI e Quilombolas	-	190.985
ADA/H-3000 - Conhecimentos Indígenas	-	184.591
Embaixada da Noruega - Capa, Yanomami e Publicação	1.309.252	1.450.762
F. FORD - Rio+20	725	106.893
ED - PPDS 2011	-	99.418
AVINA - Fórum Amazônia Sustentável	-	94.450
AVINA - Valorização da div. SA na Bacia do XINGU	12.650	106.770
ED - Encontro TM	-	90.450
ED - INPE	5.744	87.316
RFN - Reunião em Boa Vista + Marco Zero	-	43.267
AVINA - Encontro MP e RAISG	-	41.312
FH - Fortalecimento Programa Rio Negro	-	33.897
TNC-USAID - REDD+	-	32.521
GIZ - Fortal do Manejo Sustentável da RESEX EFK176	-	28.800
RFN - Floresta & Biodiversidade	325.446	349.381
MAIS- Movimento Per Láutosvilup e La Solidarietá	-	22.810
RFN - Xingu	509.865	532.431
NCA - Norwegian Church Aid - Sede Eldorado	-	19.474
RFN - Avaliação PEI Yanomami	-	19.014
CAFOD - Energia Alternativa	-	17.520
Fundacion Avina Panama	18.749	31.713
AVINA - Viagem Wataniba	-	10.942
MOTT - GRANT N° 2009-01050	-	10.072
AVINA - Projeto ARA	-	8.500
Rainforest Action Network (RAN) - MXVS	-	7.834
GIZ - Fortal do Manejo Sustentável da RESEX EFK177	-	7.711
F. FORD - RAISG 2011	-	6.626
RFN - Educacao Rio Negro	74.606	79.718
CAFOD - Artesanato na Escola Tukano Yapuri	-	4.527
Gordon e Betty Moore Foundation - YANO	83.007	87.043
TFT - The Forest Trust - XG	26.629	27.083
NCA/FK Exchange 2010-2011	-	38
ED - Carbono e TI na Amazônia	588	-



Fonte	Receita apropriada 2010	Receita apropriada 2011
DOEN - Valorizando a Sociodiversidade no Xingu	2.530	-
AVINA - RAISG	3.321	-
DED - Fortal do Manejo Sustentável da RESEX TM 149	3.876	178
AVINA - Atlas Amazônia - TIs e UCs	3.728	-
Cafod PIB	70.800	66.280
AVINA - RAISG 2010	51.665	45.863
RFN - PEI Yanomami	461.507	454.154
CI - Estudo de viabilização jurídica TI Xingu	7.477	-
International Rivers - XG	7.522	-
CAFOD - Projeto Arquitetônico RN	10.129	-
AVINA - Plataforma Energias Alternativas	10.256	-
AVINA - Assembléia Hutukara	14.970	-
ED-Linden grant.	20.630	-
Forest Trends - Publicação	27.774	0
UNESCO - Criança Esperança	33.031	-
Terre des Hommes 2009	45.466	-
Embaixada Britânica - Rede de Sementes do Xingu	71.413	17.880
ED - Robertson Family Foundation	109.067	11.984
NCA - Norwegian Church Aid - Energia Limpa	129.013	16.925
EC - EIDHR/2009/200-237	137.928	22.043
NCA OD - Ribeira	127.586	-
ED - Cabono Socioambiental	159.803	13.235
Horizont 3000 - Gestão e Ordenamento Territorial	315.435	151.377
NCA - Institucional	292.042	119.495
ED - Robertson Family Foundation 2010-2011	177.762	-
ICCO - Mudanças Climáticas	199.584	-
Packard Foundation - PPDS/XG	431.136	219.975
Amazon Watch - XG	269.002	17.685
F. FORD - A Luta pela afirmação dos direitos SA	410.870	-
ICCO	948.680	265.007
ED/MOORE - Xingu 2009	666.787	-
Gordon e Betty Moore Foundation - 429.01	2.335.488	539.802
EC - European Commission - Forest Governance	2.064.318	94.426
<b>VENDAS DE PRODUTOS E SERVIÇOS</b>	<b>477.828</b>	<b>868.546</b>
Prestação de Serviços	332.129	788.817
Vendas	145.699	79.729
<b>FINANCEIRAS</b>	<b>613.480</b>	<b>664.571</b>
Rendimento de aplicações financeiras	613.480	664.571
<b>OUTRAS</b>	<b>663.083</b>	<b>549.515</b>
Filiação / Sócios Contribuintes - Nacionais	1.653	1.650
Resultado não-operacional - ganho na venda de ativos	52.754	-
Outras	608.676	547.865
<b>TOTAL</b>	<b>19.068.429</b>	<b>21.499.055</b>

## PARECER DO CONSELHO FISCAL SOBRE OS RELATÓRIOS DA AUDITORIA EXTERNA

Á

### **Assembléia Geral do Instituto Socioambiental**

Examinamos e aprovamos os procedimentos da Auditoria Externa, exercida por JPI – Auditoria e Consultoria Ltda.

Sendo assim, acolhemos seu parecer, que é favorável, quanto à representatividade das demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2011 em relação à real situação patrimonial e financeira do Instituto Socioambiental e quanto à observância da legislação societária brasileira.

E quanto à recomendação feita no parecer do Conselho Fiscal referente ao exercício de 2010 - acompanhando o parecer da Auditoria Externa - qual seja, a de que o Instituto Socioambiental procedesse ao levantamento físico dos bens patrimoniais e que reforçasse as rotinas administrativas de registro da movimentação desses bens, verificamos que a mesma ensejou em 2011 o início de um inventário físico detalhado do patrimônio, cuja realização se encontra em estado adiantado, e que deverá estar finalizado neste ano de 2012.

São Paulo, 04 de maio de 2012



Paulo Afonso Garcia  
Conselho Fiscal

## AVALIAÇÃO ECONÔMICA DO INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011

As receitas e despesas do Instituto Socioambiental em 2011 foram maiores do que as de 2010. As receitas cresceram cerca de 12,8%, passando de R\$ 19,068 milhões para R\$ 21,515 milhões. Já as despesas, por sua vez, aumentaram em 11,9%, atingindo em 2011 o valor nominal de R\$ 21,315 milhões contra os R\$ 19,041 milhões observados em 2010. Considerando-se que a inflação do ano de 2010, calculada pelo IBGE (INPC – Índice Nacional de Preços ao Consumidor), foi de 6,1%, pode-se considerar que as atividades do Instituto em 2011, se mensuradas por suas receitas e despesas, apresentaram um crescimento razoável em 2011.

A diferença observada entre o crescimento de receitas (12,8%) e de despesas (11,9%) foi suficiente para elevar o superávit anual do valor quase simbólico de R\$ 27 mil observado em 2010 para R\$ 199 mil em 2011. Considerando-se que o ano de 2009 foi concluído com déficit, a elevação do superávit em 2011, tanto em valores absolutos como em valores relativos, representa a manutenção de uma saudável tendência de o ISA operar com crescente folga econômica, reduzindo riscos e gerando recursos para investimentos futuros.

O crescimento de 12,8% da receita de 2011 resultou de muito expressivas oscilações nos valores das categorias que a compõem. As receitas nacionais mais do que dobraram, passando de R\$ 3,0 milhões para R\$ 7,6 milhões, com 146% de crescimento. Contribuíram para esta evolução especialmente Fundo Vale e Arapyau, bem como a captação junto a fundos públicos.

As receitas estrangeiras, por sua vez, apresentaram redução de 17%, devido especialmente ao financiamento da União Européia. Contudo, face ao grande volume dessas receitas, essa redução em porcentagem bem menor acaba representando um valor bastante razoável em termos absolutos, ou seja, uma redução de R\$ 2,4 milhões, passando de R\$ 14,2 milhões em 2010 para R\$ 11,7 milhões em 2011.

Entre as demais categorias de receitas, merece destaque a venda de produtos e serviços, que cresceu 82%, passando de R\$ 477 mil em 2010 para R\$ 868 mil em 2011, devido especialmente aos contratos firmados com a Fundação Florestal, órgão do governo estadual de São Paulo, no contexto do projeto de desenvolvimento do ecoturismo na Mata Atlântica, financiado pelo BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento.

O conjunto destas movimentações resulta em uma composição mais equilibrada entre as receitas nacionais e estrangeiras em 2011. As nacionais passaram a representar 35% do total de receitas (contra 16% em 2010) enquanto que as estrangeiras no último ano representam 55% das receitas (contra 75% em 2010). Considerando-se que em 2009 as receitas nacionais representavam apenas 8,7% do total das receitas, enquanto que as estrangeiras remontavam a 83% deste total, pode-se concluir que há uma tendência consistente de substituição de fontes de financiamento, sem prejuízo da disponibilidade de recursos.

No que se refere às despesas, o crescimento de 11,9% não apresentou uma variação tão expressiva de uma categoria de despesa para outra que resultasse em uma mudança significativa no peso de cada uma em relação ao total. Os Programas Regionais e Nacionais aumentaram suas despesas em cerca de 11%, ou R\$ 1,6 milhões, passando de R\$ 14,3 milhões em 2010 para R\$ 15,9 milhões em 2011, mantendo-se, em termos relativos, como 75% da despesa total.

A categoria de Serviços e Atividades Permanentes, por sua vez, cresceu 5%, representando em valores nominais uma elevação de R\$ 136 mil. Em termos reais, entretanto, pode-se considerar que houve até mesmo uma pequena redução, visto que a despesa com pessoal é um componente destacado nesta categoria, e o aumento salarial no ano foi de 7,4%. Com isso, os R\$ 2,7 milhões gastos em 2011 passam a significar 13% da despesa total, enquanto que em 2010 esta categoria respondia por 14% do total.

Quanto ao Balanço Patrimonial do ISA em 31 de dezembro de 2011, o mesmo reflete a situação econômica do Instituto naquela data, após as atividades realizadas durante o ano. Para melhor avaliar essa situação, é comum se recorrer a indicadores, os chamados índices financeiros. A teoria financeira sugere que, dos diversos índices teóricos, se escolha aqueles que se mostrem mais apropriados para cada situação. No caso do ISA, entidade do terceiro setor, os que parecem mais apropriados são o Índice de Liquidez Corrente e o Índice de Endividamento Geral.

O Índice de Liquidez Corrente é calculado pela divisão do Ativo Circulante pelo Passivo Circulante. O Ativo Circulante é o conjunto dos bens em poder da entidade que estão na forma monetária (aplicações financeiras, saldos em contas correntes) ou que podem ser convertidos para a forma monetária a curto prazo (estoques, contas a receber). Já o Passivo Circulante expressa as contas que o Instituto deverá pagar em um curto prazo. O Índice de Liquidez Corrente procura medir a capacidade da organização para honrar seus compromissos de curto prazo utilizando-se de seus recursos disponíveis no Ativo Circulante. O Índice de Liquidez Corrente do ISA em 2011 é de 1,28. Isso significa que o Ativo Circulante supera em 28% o Passivo Circulante, o que deixa o Instituto em situação confortável no que se refere à liquidez. Embora menor do que o observado em 2010, quando atingiu 1,31, o Índice de Liquidez Corrente em 2011 continua bastante superior aos 1,21 de 2009.

Quanto ao Índice de Endividamento Geral, é calculado pela divisão do Exigível Total (Passivo Circulante + Passivo não Circulante) pelo Ativo Total. Com este cálculo se obtêm a proporção dos bens da entidade que seria necessária para saldar suas dívidas. No caso do ISA, em 2011, o Índice de Endividamento Total foi de 0,67. Ou seja, seriam necessários apenas 67% dos bens do Instituto para saldar as dívidas registradas no Passivo. Cabe notar ainda que a avaliação do risco associado a este índice deve levar em conta que o principal componente para este cálculo está registrado na rubrica de recursos vinculados a projetos que, embora esteja classificada dentro do Passivo Circulante, não representa o mesmo risco de um endividamento normal, visto que se compõe basicamente da representação do valor de atividades que o ISA deve executar por contratos firmados, mas que já dispõe de recursos classificados nas disponibilidades que integram o Ativo Circulante.

Concluindo, pode-se considerar que, do ponto de vista econômico-financeiro, 2011 foi um bom ano para o Instituto Socioambiental, com elevação dos recursos aplicados nas atividades, operando de forma superavitária.

São Paulo, 04 de maio de 2012



Paulo Afonso Garcia  
Conselho Fiscal